



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018



Índice

Índice.....	2
1 - Introdução	3
2 - Análise Orçamental	8
2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas	8
2.2 - Execuções orçamentais.....	11
3 - Despesas com o pessoal	12
4 – Balanço e Demonstração de Resultados	13
4.1 - Balanço.....	13
4.2 – Demonstração de resultados	16
5 – Situação Financeira.....	21
5.1 – Análise de Rácios	22
5.2 – Endividamento	24
5.3 – Lei dos compromissos	26
6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	27
7 – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	28



1 - Introdução

Foram elaborados os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2018, tendo por objetivo o controlo pela Assembleia Municipal de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o controlo jurisdicional de Tribunal de Contas nos termos do artigo 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.

Os documentos de prestação de contas, bem como as regras para a sua elaboração e a quem deverão ser enviados, estão definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Os princípios fundamentais relativos à contabilidade, prestação e auditoria externa das contas estão delineados na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI). Estes documentos deverão para além de servir para controlo das entidades competentes, avaliar a gestão dos recursos no período em causa tendo como objetivo a apresentação dos resultados de uma forma clara e concisa.

O Município de Celorico da Beira aderiu ao mecanismo do saneamento financeiro nos termos do n.º 3 do artigo 58.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, tendo sido aprovado a 14-09-2017 pela Assembleia Municipal, um plano de saneamento financeiro que previa a contratualização de três empréstimos para liquidação de dívida em atraso. Esses mesmos empréstimos foram visados pelo Tribunal de Contas a 07-06-2018, tendo sido utilizado o valor global de 11.530.422,20€, cujos valores das dívidas correspondentes foram pagos na



sua quase totalidade em 2018. De entre as dívidas liquidadas, foram regularizadas algumas que têm onerado as contas municipais ao longo dos últimos anos e que o seu pagamento aliviou o Município de elevados encargos financeiros, bem como permitiu a conclusão de diversos processos judiciais que estavam em vigor. Destacamos o pagamento à “MRG – Engineering & Solutions SA.” no valor de 1.331.567,59€ que incluía a dívida relativa à habitação social, a dívida em atraso à CGD que incluía empréstimos e a dívida da construção da variante de Celorico da Beira, no valor global de 5.836.877,61€, uma dívida ao BCP no montante de 743.111,32€ relativa a cessões de créditos e a dívida até 2016 à “Águas do Vale do Tejo SA” no valor de 3.014.620,64€.

A adesão a este mecanismo implica que o Município tenha que cumprir com os pressupostos previstos no Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente no que diz respeito às execuções orçamentais e endividamento, e cujo acompanhamento deverá ser efetuado pela Assembleia Municipal através da apreciação de um relatório semestral, conforme o disposto no nº 6 do art. 59º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, que também deverá ser remetido à DGAL. O nº 7 do art. 58º da mesma lei, refere que deve ser anexado ao balanço da prestação de contas uma demonstração de cumprimento do plano, que na nossa opinião poderá ser o mesmo documento mencionado no nº 6 do art. 59º citado anteriormente. No entanto, tendo em consideração que os empréstimos foram utilizados apenas nos meses de julho e agosto de 2018 e que as dívidas foram pagas ao longo dos restantes meses do ano, não nos é possível de momento estabelecer um comparativo rigoroso



com os mapas anuais constantes do plano de saneamento financeiro, já que o mesmo apenas esteve em vigor em parte do segundo semestre de 2018. Assim apenas se elaborou um pequeno relatório sobre as dívidas pagas por cada empréstimo, sendo que é compromisso do Executivo apresentar à Assembleia Municipal um relatório completo da execução do plano de saneamento financeiro, aquando da apresentação das contas do primeiro semestre de 2019 que em princípio será apresentado na Assembleia ordinária do mês de setembro. Nessa altura já nos será possível efetuar um comparativo com os valores previstos no plano, tendo também em consideração o desfaseamento temporal entre a aprovação do plano e a utilização dos empréstimos. Posteriormente deverá ser apresentado um novo relatório semestral em abril de 2020 com a apresentação das contas de 2019 e assim sucessivamente de modo a cumprir os requisitos legais nesta matéria.

O ano de 2018 ficou também marcado por uma grande redução nas receitas de IMI face aos anos anteriores, tendo em consideração as devoluções que o Município foi obrigado a efetuar de IMI cobrado entre 2013 e 2016, às empresas que exploram os parques eólicos no concelho. As empresas colocaram processos judiciais à Autoridade Tributária (AT), questionando a legalidade da cobrança do IMI sobre as infraestruturas onde estão assentes a ventoinhas, e o Tribunal Central Administrativo do Sul confirmou as sentenças das instâncias inferiores que eram favoráveis às empresas. Assim a AT deixou de cobrar em 2018 o IMI de 2017 a estas empresas, para além de que reteve as receitas de IMI do Município para poder proceder à devolução dos valores cobrados em anos anteriores num montante de cerca de 244.000€, se forem



contabilizadas as restituições também efetuadas já em 2019. O Município procedeu ao registo contabilístico ainda em 2018 da receita e respetiva devolução de IMI, nos montantes que o orçamento do Município permitia (214.000), de modo a não afetar as execuções orçamentais, tendo ainda ficado por contabilizar orçamentalmente cerca de 30.000€ que serão contabilizados em 2019. Estas retenções ocorreram ao longo do ano de 2018 mas a maior parte foi efetuada apenas no mês de dezembro, onde foram retidos perto de 140.000€, não tendo o Município recebido qualquer receita desse imposto nesse mês. Esta situação colocou em causa diversos compromissos assumidos pelo Município, nomeadamente o pagamento de despesas afetas a obras cofinanciadas por fundos comunitários, cujas dívidas tiveram de transitar para 2019, onerando o orçamento e a tesouraria do corrente ano. O Município foi completamente alheio a esta situação e apesar de ser o beneficiário da receita do IMI, foi a AT que definiu os critérios que levaram à cobrança do imposto às empresas nos anos anteriores e recebeu os respetivos encargos com a cobrança dos mesmos. O Município nunca foi ouvido como parte interessada no âmbito dos processos judiciais, nem nunca recebeu qualquer relatório ou comunicação da AT sobre a existência dos processos, nem sobre os montantes retidos e a sua respetiva decomposição. É intenção do Município solicitar mais esclarecimentos sobre esta matéria tanto à AT, como à Associação Nacional de Municípios Portugueses que foi alertada em 2018 pelo Município de Celorico da Beira da existência desta situação.



Apesar dos constrangimentos anteriormente mencionados em 2018 o Município conseguiu realizar diversas obras estruturantes, das quais se destacam as seguintes:

Obra	Valor 2018
Repavimentação da rotunda Dr. Olegário Lourenço da Silva	42.611,68
Requalificação de 12 estações de tratamento de águas residuais	440.575,21
Conclusão da Alteração da mobilidade pedonal na EN16 e alteração na Rua 25 de Abril	60.755,62
Conclusão da Repavimentação do Largo da Estação	42.611,78
Faixas de interrupção de Combustíveis	48.270,81
Início da obra "Reconstrução e Ampliação da Escola EB1 Stª Luzia"	62.755,74
Início da obra "Edifício de Apoio ao parque de estacionamento e centro histórico"	26.765,38

Também foram realizadas ao longo do ano diversas atividades que visaram a promoção cultural, turística e gastronómica do concelho de Celorico da Beira, de onde se destacaram eventos como a Feira Queijo, a animação no âmbito do projeto iNature promovido pela "ADIRAM" que incluiu uma prova de Enduro BTT e os festivais do Borrego e da Castanha, a "Cultura em Rede" promovida pela "Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela" com diversas recreações históricas na vila, o Festival do Parapente de Linhares Beira, as animações promovidas pela "Associação Aldeias Histó

ricas de Portugal" em Linhares da Beira, e as festividades natalícias Celorico.

Este relatório pretende de uma forma simples, analisar as situações mais relevantes em termos financeiros que ocorreram 2018, bem como serão apresentados valores anuais para comparação com anos anteriores. Serão feitas análises à situação orçamental, despesas com o pessoal e demonstrações financeiras, bem como uma análise à situação financeira de um modo geral e enquadrado na conjuntura atual.



2 - Análise Orçamental

Iremos analisar de seguida a evolução das despesas e receitas orçamentais contidas nos mapas de fluxos de caixa, e das execuções orçamentais, tanto para o período em análise como para o total do ano de 2018:

2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas

	2014	2015	2016	2017	2018
Receitas Brutas Correntes	7.839.189	8.160.955	8.406.689	8.303.507	8.351.211
Despesas Correntes	6.272.467	7.009.864	7.250.697	6.708.610	11.778.752
Outras receitas	2.130	6.240	4.042	947	307
	1.564.592	1.144.852	1.151.950	1.593.950	-3.427.848

	2014	2015	2016	2017	2018
Receitas Brutas de Capital	1.324.473	867.705	734.975	734.160	12.244.507
Despesas de Capital	2.946.519	1.997.723	1.953.180	2.230.110	8.920.388
	-1.622.045	-1.130.019	-1.218.205	-1.495.950	3.324.119

De acordo com o art. 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a regra de equilíbrio orçamental prevê que a receita corrente deve ser superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Esta nova regra altera o pressuposto do POCAL anteriormente em vigor, em que bastava apenas que as receitas correntes fossem iguais ou superiores às despesas correntes. Tendo em conta a nova regra de equilíbrio orçamental, considerando que as amortizações médias em 2018 foram, de acordo com os nossos cálculos de 1.643.777€, calculadas de



acordo com a Lei e com a nota explicativa do SATAPOCAL sobre esta matéria e prevista no plano de saneamento financeiro, temos os seguintes valores:

	2018
Receitas Correntes	8.351.211
Despesas Correntes	11.778.752
Amortizações médias	1.643.777
	-5.071.318

De acordo com os valores atrás apresentados, o Município em 2018 não cumpriu com o princípio de equilíbrio orçamental previsto no RFALEI, sendo que esta situação se deve ao pagamento das dívidas previstas no plano de saneamento financeiro. A utilização dos empréstimos é considerada receita de capital que por sua vez serviu para pagar tanto despesas correntes, como de capital relacionadas com as dívidas antigas. Dos 11.530.422,20€ de dívida paga, cerca de 4.900.000€ eram referentes a despesas correntes que estão incluídas no cálculo anterior. Deve-se também salientar a redução de receitas correntes resultante da restituição de cerca de 214.000€ de IMI, explanada na introdução deste relatório. Face ao exposto, o não cumprimento do equilíbrio orçamental em 2018 está devidamente justificado, devendo esta situação ser comunicada às entidades fiscalizadoras caso o Município seja questionado sobre este assunto.

No que diz respeito aos pagamentos especificamente, temos os seguintes valores para 2018:

	2017	2018	2018-2017
Pagamentos	8.938.720,23	20.699.140,29	+ 11.760.420,06



Os pagamentos relativos ao período em análise incluem para além dos relativos à atividade corrente do Município, os que resultam do processo de saneamento financeiro, daí a grande diferença face ao ano anterior.

Relativamente Às receitas dos impostos temos os seguintes valores cobrados conforme mapa de execução orçamental:

	2016	2017	2018	2018-2017
IMI	1.063.844	925.972	566.620	-359.353
IUC	139.984	147.716	142.567	-5.149
IMT	79.672	75.271	134.234	58.963
Derrama	108.159	110.596	97.824	-12.772
Taxas	74.978	97.422	85.442	-11.980
	1.466.636	1.356.977	1.026.687	-330.290

Pode-se verificar neste quadro o impacto das retenções efetuadas ao IMI mencionadas na introdução deste relatório, que associado à redução de 25% da taxa de cobrada aos Municípios deliberada em 2017, resultou numa grande redução de receita principalmente quando se efetua uma comparação com os valores de 2016.

Relativamente às receitas provenientes dos fundos estatais, temos os valores recebidos no quadro seguinte conforme certidão da receita da DGAL:

	FEF			FSM	IRS	Total
	Corrente	Capital	Total FEF			
2017	4.880.259	542.251	5.42.510	153.723	136.736	5.712.969
2018	4.947.084	549.676	5.496.760	153.723	148.181	5.798.664



2.2 - Execuções orçamentais

	2014	2015	2016	2017	2018
Receitas Correntes	105,23%	98,96%	43,18%	94,89%	87,35%
Receitas de Capital	5,27%	3,83%	71,50%	4,74%	91,59%
Total Geral	28,11%	29,24%	44,62%	37,18%	89,84%

	2014	2015	2016	2017	2018
Despesas Correntes	40,34%	43,24%	56,07%	53,20%	93,37%
Despesa de Capital	28,10%	13,48%	25,24%	19,03%	86,66%
Total Geral	28,12%	29,03%	44,52%	36,74%	90,35%

	2014	2015	2016	2017	2018
Execução do PPI	70,51%	60,41%	63,04%	61,34%	77,24%

A utilização dos empréstimos de saneamento financeiro, bem como o respetivo pagamento das dívidas permitiram elevadas execuções orçamentais, podendo a partir de agora utilizar-se estes dados como medida de desempenho orçamental, ao contrário do que acontecia anteriormente já que os orçamentos municipais não terão que ter em conta montantes elevados de despesa e receita.



3 - Despesas com o pessoal

Em termos de despesas com o pessoal, as execuções dos mapas orçamentais mostram os seguintes valores pagos:

	2017	2018	2018-2017
Despesas com pessoal	3.593.700,11	3.704.420,73	111.720,62

Entre 2018 e 2017 houve um aumento de despesas com pessoal face ao ano anterior, sendo que o mesmo se deve a diversos fatores tais como o aumento do salário mínimo face a 2017, o descongelamento das progressões nas carreiras

É de referir também que no cumprimento da Lei das Finanças Locais e do Orçamento de Estado, o Município remeteu trimestralmente informação à DGAL sobre as despesas com o pessoal.



4 – Balanço e Demonstração de Resultados

Relativamente às demonstrações financeiras, iremos de seguida mencionar as rubricas que achamos necessitarem de uma breve explicação tendo em conta os respetivos valores.

4.1 - Balanço

- Classe 4 – Imobilizado

	2015	2016	2017	2018	2018-2017
Imob. Domínio Publico	24.898.046	24.569.073	24.200.005	23.801.342	-398.663
Imob. Corpóreo	19.481.162	19.370.357	22.074.224	22.095.090	20.866
	44.379.209	43.939.430	46.274.229	45.896.433	-377.796

Da análise desta classe do balanço verifica-se um decréscimo no património da Autarquia comparativamente ao ano anterior, situação essa devida à depreciação anual dos bens calculada de acordo com as normas contabilísticas em vigor.

- Conta 271 - Acréscimos de Proveitos

Nesta conta estão refletidos os proveitos de 2018 e anos anteriores, mas que só irão ser recebidos em períodos posteriores, como por exemplo os impostos municipais.



- Classe 5 - Capital Próprio

O Capital Próprio foi movimentado pela aplicação do resultado líquido do ano anterior na conta de resultados transitados.

- Passivo

Analisando o historicamente o passivo, chegamos aos seguintes valores:

	2015	2016	2017	2018	2018-2017
Dívidas a 3ºs de CP	14.763.760	13.010.227	13.572.215	3.908.213	-9.664.002
Dívidas a 3ºs de MLP	4.805.761	5.673.325	4.376.954	12.564.344	8.187.390
	19.569.521	18.683.552	17.949.169	16.472.557	-1.476.612

Da análise às dívidas a terceiros podemos verificar a substituição de dívida de curto prazo, por dívida de médio e longo prazo entre 2017 e 2018. Esta situação resulta do pagamento da dívida em atraso a fornecedores com os empréstimos do saneamento financeiro, assim deixou-se de dever a fornecedores e passou-se a ter dívida à banca que será amortizada em 14 anos.

Deve-se também evidenciar que em 2018 foi contabilizada uma redução da dívida ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), que inicialmente era de 258.398,52, mas que por força no disposto na Lei de Orçamento de Estado para 2018, diminuiu para 48.450, já que foi reduzida a participação dos Municípios no respetivo fundo para além dos pagamentos anuais a este fundo.



Assim, registou-se efetivamente uma redução da dívida a terceiros no valor de 1.476.612€, face a 2017, sendo que a maior parte da redução resultou para além da redução da contribuição para o FAM, da amortização da dívida bancária, da regularização de subsídios atribuídos em anos anteriores pagos, mas também dos pagamentos resultantes de acordos de regularização de dívida.

- Conta 273 - Acréscimos de Custos

Os montantes incluídos nesta conta do balanço, referem-se a custos de 2018 e que apenas serão pagos posteriormente, onde se incluem juros de empréstimos bancários, eletricidade, comunicações, rendas, férias do pessoal.

- Conta 274 - Proveitos Diferidos

O saldo desta conta reflete os proveitos que devem ser reconhecidos em exercícios futuros, nomeadamente os subsídios a investimentos, tais como as participações das candidaturas, cujas receitas obtidas não devem ser reconhecidas pela totalidade no ano da sua obtenção. Estas devem ser diferidas pelos anos de vida útil dos bens a que dizem respeito pela mesma proporção das respetivas amortizações.



4.2 – Demonstração de resultados

A demonstração de resultados mostra valores anuais, mas dada a natureza do mesmo, é possível distinguir os valores da gerência em análise dos da gerência anterior, conforme o quadro seguinte:

Designação	Conta POCAL	2017	2018	2018-2017
Mercadorias	612	335.646,40	343.216,98	7.570,58
Matérias	616	34.510,48	43.878,78	9.368,30
Fornecimentos e serviços externos	62	2.214.834,88	2.164.290,49	-50.544,39
Remunerações	641+642	2.811.099,58	2.876.616,83	65.517,25
Encargos sociais	643 a 648	762.294,85	769.633,94	7.339,09
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	63	244.158,12	188.717,18	-55.440,94
Amortizações do exercício	66	1.351.345,32	1.415.403,86	64.058,54
Provisões do exercício	67	5.477,52	810.850,99	805.373,47
Outros custos e perdas operacionais	65	81.199,10	51.562,32	-29.636,78
Custos e perdas financeiras	68	358.748,41	526.175,14	167.426,73
Custos e perdas extraordinárias	69	472.698,41	253.854,28	-218.844,13
Total Custos e Perdas	-	8.672.013,07	9.444.200,79	772.187,72
Vendas de mercadorias	7111	209.266,58	188.435,49	-20.831,09
Vendas de produtos	7112+7113	77.852,08	73.339,27	-4.512,81
Prestações de serviços	712	705.485,74	673.331,16	-32.154,58
Impostos e taxas	72	1.347.565,10	1.048.419,26	-299.145,84
Trabalhos para a própria entidade	75	15.694,85	4.104,95	-11.589,90
Proveitos suplementares	73	324.650,34	373.438,74	48.788,40
Transferências e subsídios obtidos	74	6.162.955,90	6.280.887,68	117.931,78
Outros proveitos e ganhos operacionais	76	0,00	0,00	0,00
Proveitos e ganhos financeiros	78	473,01	4.190,46	3.717,45
Proveitos e ganhos extraordinários	79	812.553,71	2.857.249,75	2.044.696,04
Total Proveitos e Ganhos	-	9.656.497,31	11.503.396,76	1.846.899,45

Resultados operacionais	81	1.002.904,34	-22.214,82	-1.025.119,16
Resultados Financeiros	82	-358.275,40	-521.984,68	-163.709,28
Resultados correntes	83	644.628,94	-544.199,50	-1.188.828,44
Resultados extraordinários	84	339.855,30	2.603.395,47	2.263.540,17
Resultado líquido do exercício	88	984.484,24	2.059.195,97	1.074.711,73

Da análise dos resultados do ano de 2018, podemos verificar um grande aumento do resultado líquido face a 2017, apesar de haver uma redução nos



resultados operacionais. Analisando as contas de custos e proveitos mais relevantes temos o seguinte:

- Conta 64 – Custos com o pessoal

O aumento dos custos com pessoal já foi analisado no ponto 3 deste relatório, sendo que as diferenças entre os montantes orçamentais e os valores agora apresentados na demonstração de resultados prendem-se essencialmente com a aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

- Conta 67 – Provisões do exercício

As provisões visam o acautelamento contabilístico de potenciais despesas, sendo que em 2018 foi provisionado no início do ano cerca de 750.000€ tendo em conta os juros moratórios potenciais resultantes do processo judicial com a “MRG – Engineering & Solutions S.A.” no âmbito da habitação social do bairro de Santa Luzia. No entanto com o saneamento financeiro foram liquidadas as dívidas em contencioso e foi acordada a anulação dos juros, pelo que no final do ano esta provisão foi anulada através da conta 79. Apesar da anulação posterior desta provisão, a mesma contribuiu para o resultado operacional negativo de 2018.



- Conta 68 – Custos e perdas financeiros

Estão aqui refletidos essencialmente custos com juros à banca e juros moratórios, sendo que os juros bancários aumentaram face a 2017 tendo em consideração que se começou a amortizar os empréstimos de saneamento financeiro e os respetivos juros.

- Conta 72 – Impostos e taxas

Esta conta reflete essencialmente a redução da receita do IMI face ao ano anterior, causado tanto pela redução da taxa de 05% para 04% em 2018, como pela devolução de IMI de anos anteriores às empresas que exploram os parques eólicos no concelho.

- Conta 73 – Proveitos suplementares

Nesta conta estão contabilizadas as rendas cobradas pelo Município, onde se inclui a renda de concessão paga pela EDP, bem como se encontra especializada a renda de 2018 cobrada à empresa “Águas do Vale do Tejo S.A.” no âmbito dos acordos firmados com esta empresa.



- Conta 74 – Transferências e subsídios obtidos

Nessa conta estão refletidas essencialmente as transferências estatais ao nível do FEF que sofreram um ligeiro aumento face ao ano anterior, tal como já foi mencionado no ponto 2.1 relatório.

- Conta 79 – Proveitos e ganho extraordinários

Neste saldo estão incluídas algumas regularizações de dívidas transitadas de anos anteriores, redução de provisões, bem como a especialização e acertos das receitas de participações recebidas tendo em conta o critério de especialização dos exercícios. O saldo desta conta reflete essencialmente a redução de provisões referente ao pagamento de dívidas em atraso e os respetivos acordos para anulação de potenciais juros moratórios, de onde se destacam a redução cerca de 1.030.000€ relativos à Caixa Geral de depósitos, e 751.000€ relativos à “MRG – Engineering & Solutions S.A.”. Também estão aqui refletidos cerca de 212.000 relativos à especialização rendas de anos anteriores pagas em 2019 pela empresa “Águas do Vale do Tejo S.A.”, bem como cerca de 193.000€ relativos a acertos efetuados aos saldos operações de tesouraria que se verificou estarem incorretos.



- Conta 83 – Resultados operacionais

Os resultados operacionais negativos refletem essencialmente a redução de receita, nomeadamente no que diz respeito ao IMI, mas também o aumento de despesas com pessoal, amortizações e acima de tudo o aumento das provisões do exercício. Tal como já foi explicado anteriormente, a provisão efetuada no início do ano por causa dos juros do processo judicial relativo à habitação social foi anulada, mas essa anulação é considerada como proveito extraordinário que não releva para os resultados operacionais, pelo que se pode considerar esta situação como excecional devidamente justificada pelos critérios contabilísticos adotados de acordo com as normas em vigor.

- Conta 88 – Resultado líquido do exercício

Os resultados do Município para o período em análise registaram um valor positivo de 2.059.195,97, que resulta num grande aumento face ao ano anterior, devendo-se ter em consideração o grande aumento de resultados extraordinários já explicados anteriormente.



5 – Situação Financeira

A situação financeira do Município tem vindo a melhorar gradualmente ao longo dos últimos anos essencialmente através da redução do endividamento. Com a aprovação do plano de saneamento financeiro e a respetiva obtenção dos empréstimos, quase que foram eliminadas as dívidas em atraso, o que permitirá ao Município ter um rumo mais definido nos próximos anos, e possibilitará o cumprimento dos requisitos legais. O prazo médio de pagamentos do Município continua elevado, sendo que os dados provisórios da DGAL apontam para um aumento de 455 dias em 2017 para 637 dias em 2018, situação essa justificada pelo facto de a fórmula de cálculo envolver trimestres de 2018 em que ainda não se tinha liquidado a dívida do saneamento, sendo que se espera com o decorrer do ano de 2019, que o valor irá reduzir para valores normais abaixo dos 90 dias.

Com o saneamento financeiro resolveram-se diversas situações que ameaçavam a situação financeira do Município, nomeadamente ao nível de alguns processos judiciais que poderiam implicar despesas avultadas, que por sua vez iriam agravar a situação financeira e impedir um melhor serviço à população do concelho nos próximos anos. Apesar disso, algumas situações não puderam ser resolvidas na sua totalidade com o saneamento financeiro, mas o Executivo tem tomado diligências para a sua resolução, sendo de destacar os acordos efetuados com a empresa “Águas do Vale do Tejo S.A.” nos termos da lei em vigor e que visa consolidar dívida que não pôde ser incluída no saneamento financeiro.



É também intenção deste executivo dar continuidade a projetos estruturantes, nomeadamente no que diz respeito à requalificação das escolas, requalificação dos centros históricos, requalificação das infraestruturas de tratamento de águas residuais, modernização administrativa dos serviços e continuação da promoção gastronómica e cultural do concelho. A execução destes e outros projetos futuros terão de estar enquadrados nas limitações do plano de saneamento financeiro de modo a que se cumpra o objetivo de retirar o Município da situação de excesso de endividamento até 2021. A prioridade continuará assim a ser a redução da dívida através da amortização dos empréstimos e o respeito pelos limites legais no decorrer da atividade do Município.

5.1 – Análise de Rácios

De seguida iremos demonstrar alguns indicadores de modo a analisar a situação financeira do Município de Celorico da Beira:

	2014	2015	2016	2017	2018
1 Solvabilidade (FP/P)	35%	42%	44%	51%	59%
2 Autonomia Financeira (FP/A)	25%	29%	29%	33%	36%
3 Liquidez Geral (A circ/P circ)	14,96%	14,59%	17,16%	16,59%	52,25%

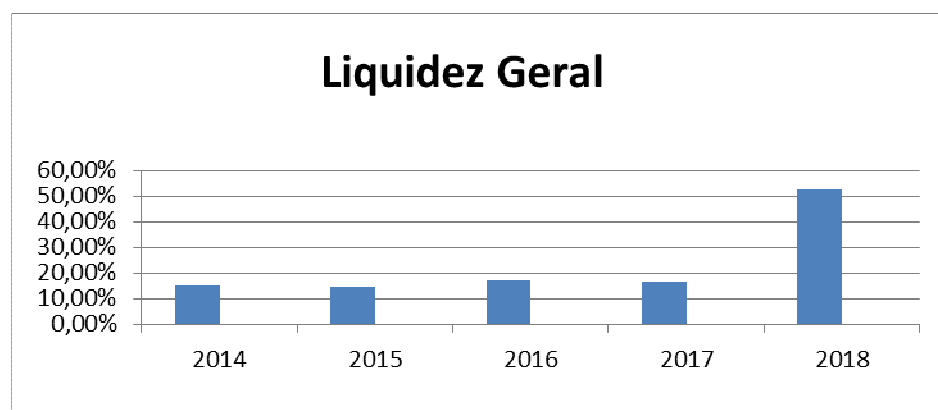
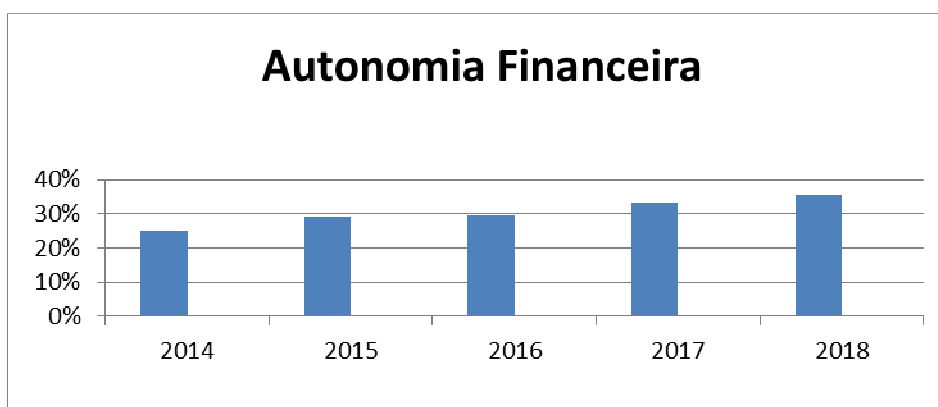
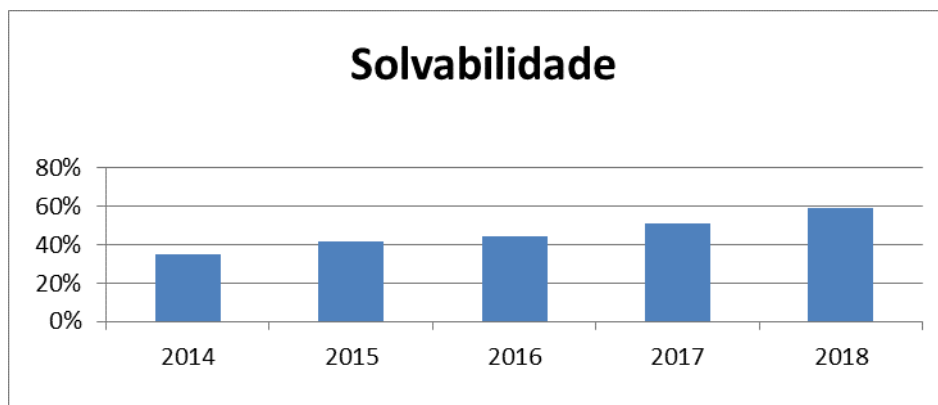
1 - Indica se os capitais próprios são suficientes para solver a dívida. Expõe o grau de dependência em relação aos credores;

2 - Quanto maior o rácio, menor é a dependência face a financiamentos externos. Valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. O ideal é ser superior a 33%;

3 - Dá a capacidade de se solver as obrigações de curto prazo na data de vencimento. Quanto maior melhor;



Gráficos:



Os valores de 2018 destes rácios, apresentam uma grande melhoria face ao ano anterior na solvabilidade e autonomia financeira devido às valorizações patrimoniais no capital próprio da autarquia, bem como devido à diminuição do



passivo em cerca de face ao ano anterior. A liquidez geral apresenta um acréscimo substancial dada a grande redução do passivo circulante, resultado do pagamento das dívidas em atraso de curto prazo com o empréstimo de saneamento financeiro.

5.2 – Endividamento

De acordo com o estipulado no RFALEI e tendo em consideração os limites para 2018 apurados pela DGAL, temos os seguintes valores de endividamento referentes a 31-12-2018:

	31-12-2018
Limite Endividamento 2018	12.412.405,31
Dívida 01-01-2018	17.633.349,00
Excesso a 01-01-2018	5.220.943,70
Dívida Total à data	16.472.557,36
SEL e entidades participadas	37.880,00
End. ã orçamental	169.334,09
FAM	48.450,00
Dívida final	16.292.653,27
Excesso a 31-12-2018	3.880.247,97
10% a reduzir em 2018	522.094,37
Redução do excesso a 31-12-2018	1.340.695,73
% excesso reduzido a 31-12-2018	-25,68%

De acordo com os cálculos internamente efetuados, à data da elaboração deste relatório, a 31-12-2018 houve uma diminuição do excesso do endividamento líquido em 25,68% face aos limites previstos, ultrapassando a redução de 10% do excesso a que estava obrigado pelo RFALEI. Os dados



oficiais da DGAL relativamente a 2018 só estarão disponíveis após o envio dos dados definitivos das contas após 30 de abril 2019, sendo os valores atrás apresentados são ainda provisórios, dado ainda faltar apurar a contribuição de outras entidades para o endividamento do Município.

A evolução das dívidas de terceiros e a instituições de crédito nos últimos anos foi a seguinte:

	2016	2017	2018
Dívidas a Terceiros	18.683.552	17.949.169	16.472.557

	2016	2017	2018
Dívida a instituições de Crédito	10.343.860	10.492.004	14.208.275

Estes valores refletem a grande redução das dívidas nos últimos anos, devendo-se salientar que em 2017 foram integradas as dívidas provenientes da EMCEL, nomeadamente dívida bancária, sendo que todas essas dívidas se encontram praticamente regularizadas. Em 2018 com a utilização dos empréstimos de saneamento financeiro, verifica-se um aumento das dívidas a instituições de crédito.

Ao nível das dívidas de terceiros no último triénio temos os seguintes valores:

	2016	2017	2018
Dívidas de Terceiros	194.601	244.842	252.842

Em termos de dívidas de terceiros os valores são relativamente estáveis, e refletem dívidas relativamente a águas e saneamento, transportes e dívidas



relativas a vendas do Solar do Queijo. Deve-se salientar que em 2017 também foram integradas dívidas da EMCEL.

5.3 – Lei dos compromissos

No que diz respeito ao cumprimento da Lei dos Compromissos, à semelhança dos anos anteriores o Município tem pugnado pelo cumprimento com os pagamentos em 90 dias, tendo sido implementado procedimentos para que todas as despesas tenham compromisso prévio, bem como têm contabilizados os compromissos plurianuais, sendo os mesmos comunicados à Assembleia Municipal nos termos da lei, e tem controlado os fundos disponíveis visto que ainda tem pagamentos em atraso. Os pagamentos em atraso foram substancialmente reduzidos em 2018 para cerca de 513.000€, em contraste com cerca de 6.743.000€ verificados em setembro de 2017, situação que se justifica com os pagamentos das dívidas em atraso através do saneamento financeiro. Dos pagamentos em atraso existentes no final de 2018 a maior parte era referente a dívida à empresa “Águas do Vale do Tejo S.A.”, com a qual já se estabeleceram acordos de regularização de dívida, situação que permitirá quase eliminar os montantes de pagamentos em atraso no decorrer de 2019. Também se encontra em vigor um plano de pagamentos com a ADSE para liquidação de dívidas antigas, que não relevam para os pagamentos em atraso por força do acordo estabelecido.



6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido apurado no exercício de 2018 foi positivo no valor de 2.059.195,97€, pelo que nos termos do estipulado no ponto 2.7.3.3 do POCAL, em 2019 este valor deverá ser afeto a reforço do património e a constituição ou reforço de reservas, conforme os pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 do mesmo diploma. Assim em 2019 deverão ser aplicados 102.959,80€ em reservas, que correspondem a 5% do resultado de 2018, devendo os restantes 1.956.236,17€ ser afetos ao património.



7 – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram até à data da elaboração deste relatório, situações relevantes relativas com impacto na prestação de contas de 2018.

O Presidente da Câmara

Carlos Manuel Fonseca Ascensão (Dr.)